

A Europa, a Palestina e Israel

Bruno Cardoso Reis*

A crise actual entre Israel e a Palestina constitui uma tragédia para civis inocentes de ambos os lados e uma ameaça clara à segurança internacional. Perante a escalada da violência, qual deverá, e poderá ser o papel da União Europeia?

A crise na Palestina constitui a mais grave ameaça actual a um aspecto central da emergente política externa europeia – a construção de uma área de paz e prosperidade nas suas fronteiras a Leste e a Sul como elemento essencial da segurança europeia. Foi este objectivo que presidiu à formação, em 1995, da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), que agrupa os 15 Estados membros e os países mediterrânicos (incluindo a Palestina e Israel). O seu objectivo último é a construção de uma área de comércio livre entre todos os parceiros até 2010. O sucesso do processo de paz entre israelitas e palestinianos é o pressuposto essencial para a concretização deste ambicioso objectivo, hoje completamente posto em causa. Entretanto, com a PEM, a União Europeia tem concedido importantes auxílios financeiros à região mediterrânica, através dos programas MEDA, e foram igualmente celebrados acordos de associação que facilitam as trocas comerciais dos vários países da região com o mercado europeu.¹

Em Israel, a maioria dos inquiridos de opinião aponta para uma imagem negativa do papel da Europa no processo de paz. Do lado árabe, também muitos há que vêm nos europeus parte do Ocidente, aliado

natural dos israelitas. De ambos os lados do conflito há, portanto, quem considere que a União Europeia não tem legitimidade para intervir no conflito. Mesmo se também há, sobretudo entre os árabes mais moderados, os que apelam a um maior protagonismo europeu.

A verdade é que interesses vitais europeus estão em jogo num conflito que pode incendiar uma região vizinha da Europa. Quando Israel decide destruir as infraestruturas da Autoridade Palestiniana (AP), está a destruir edifícios e equipamentos financiados com fundos europeus. Ao mesmo tempo, Israel tem na União Europeia o seu principal parceiro comercial. Os termos do acordo de associação que tornam mais fácil esse intercâmbio, essencial para a debilitada economia israelita, comprometem o governo israelita no sentido de uma resolução pacífica e negociada do conflito. A União Europeia tem, portanto, todo o interesse e toda a legitimidade para procurar conter uma crise à beira da sua porta, pressionando de forma adequada ambas as partes.

Efectivamente, a Europa dos 15 tem mostrado interesse – mediante frequentes contactos de representantes europeus com as partes – pela evolução do processo. Mas tem também aceite um papel secundário, de quem dá bons conselhos, fundos e merca-

dos, remetendo a direcção do processo negocial para os EUA. A única intervenção concreta de Bruxelas foi o embargo, em grande parte simbólico, dos produtos com origem nos colonatos israelitas nos Territórios Ocupados, cujo estatuto a União Europeia e o conjunto da comunidade internacional não reconhecem. A par disso, os responsáveis europeus têm procurado equilibrar um pouco as coisas, quando consideram que os norte-americanos se inclinam demasiado para as posições israelitas, mostrando alguma solidariedade ou, pelo menos, maior disponibilidade para conversar com Arafat. Isto, no entanto, sem quebrar a solidariedade relativamente às iniciativas negociais norte-americanas. Com o episódio do *Karin A.* e o agravamento da violência no final do ano passado, Bruxelas pareceu mesmo iniciar um processo de afastamento da AP, pressionando Arafat a distanciar-se das táticas terroristas que produziam cada vez mais vítimas israelitas. Se existia alguma esperança de que houvesse um correspondente reforço da pressão norte-americana sobre Israel para que regressasse ao processo negocial, cedo foram desfeitas (nomeadamente pela recusa de Cheney em encontrar-se com Arafat). Apesar disso e da oposição europeia à recente campanha de Sharon, os acontecimentos recentes confirmam a manu-

* IEEI

tendência da tendência para a União aceitar como inevitável a primazia norte-americana no processo de gestão da crise.

Apesar dos apelos crescentes a sanções comerciais contra Israel terem merecido um voto favorável do Parlamento Europeu, esta estratégia não foi seguida pelos responsáveis governamentais europeus. Como alternativa surgiu o plano Fischer, que deve ser visto como uma proposta europeia a ser discutida com os norte-americanos e árabes moderados e não como uma alternativa ao protagonismo norte-americano.

Este facto vem confirmar o ceticismo dos que afirmam que a UE não tem capacidade para gerir um processo tão complexo e controverso como este, pois não só não existe o consenso necessário entre os 15 como só Washington parece ter a força e o capital de confiança suficiente para levar Israel a fazer as cedências necessárias.

É notório que a UE pretende ter uma política externa e que a sua prioridade é a estabilização das regiões que lhe são vizinhas. A UE é um anão militar e um gigante económi-

co mas esse peso económico pode ter significado político se for posto ao serviço de orientações claras. Israel seria claramente vulnerável à pressão europeia a esse nível (e ainda mais Arafat se não estivesse numa situação tão desesperada).

Apesar do aparente falhanço da missão de Powell de meados de Abril, apesar de Sharon ter feito questão de mostrar o seu desprezo pelo protagonismo europeu no processo, impedindo que os enviados europeus se encontrassem com Arafat (em contraste com o que sucedeu com Zinni e Powell), e ter deixado claro que recusaria um novo encontro com o responsável da política externa europeia, Javier Solana – ou seja, apesar de a credibilidade externa da UE ter sido claramente posta em causa, não parece provável, no entanto, que a posição europeia venha a mudar significativamente e que a União assuma uma política mais intervencionista visando impor o regresso às negociações.

Sharon afinal tem ou não razão em desprezar a política externa europeia? Só os responsáveis políticos dos Estados membros da UE poderão responder... Mas parece provável

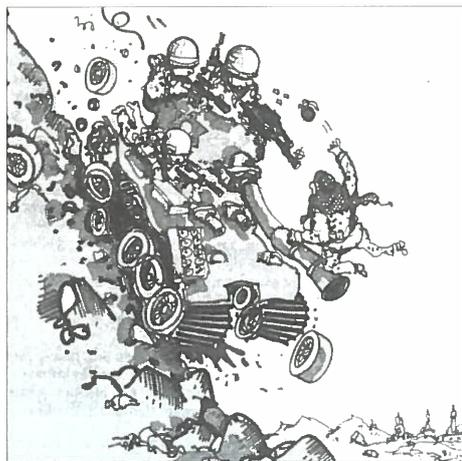
que a Alemanha e a Grã-Bretanha continuarão a bloquear qualquer consenso que conduza ao reforço da intervenção europeia na crise.

Um maior protagonismo europeu poderá resultar, ironicamente, de uma mudança da política norte-americana face à gravidade e dificuldade da situação actual. A recente reunião, em Madrid, de Powell com Russos, a ONU e a UE (o «Quarteto») pode ser um sinal disso. E a proposta do influente colunista do *New York Times*, Thomas Friedman, com acolhimento positivo no *Washington Post*, de uma força da NATO para impor a pacificação no terreno, também vai nesse sentido.

O que é claro é que a segurança de israelitas e palestinianos – assim como da Europa e do resto do Mundo – só tem a perder com a aposta crescente na violência pelos dois lados, e na incapacidade do resto da comunidade internacional em pôr um travão a esse processo. ■

¹ Ver a respeito deste processo o site da Euro-MeSCo (Euro-Mediterranean Study Commission), a rede que agrupa os institutos de relações internacionais dos membros da PEM em www.euromesco.net.

A crise no Médio Oriente vista por Plantu



Fonte: *Le Monde*